

A retomada conjuntural da inflação

Gilmar Mendes Lourenço*

A evolução dos preços no Brasil, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 2,32% nos primeiros sete meses de 2007, bastante acima daquela verificada em idêntico período de 2006 (1,73%). Em um ano, o incremento foi de 3,74%, superior aos 4,03% verificados entre agosto de 2005 e julho de 2006.

Lembre-se de que o IPCA, pesquisado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede a variação dos preços de uma cesta de produtos consumidos por famílias que auferem rendimentos entre um e quarenta salários mínimos (SM), representa o cerne da política econômica do País, centrada na busca do cumprimento de metas de inflação, fixadas em 4,5% ao ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para o triênio 2007-2009, com banda de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Com isso, o CMN visa ao delineamento das expectativas dos agentes e à acomodação dos choques de oferta e/ou ao surgimento de fatores acidentais.

O IPCA foi impulsionado por alimentos e bebidas (4,0%), variação três vezes maior que a registrada em todo o exercício de 2006, que foram afetados pelas chuvas e pelo calor intenso no começo do ano, e pela subida de mais de 25,0% do preço do leite (3,4% em 2006), em decorrência da conjugação entre o período de entressafra (com inverno seco e diminuição do pasto e da alimentação do gado) e o aumento da demanda e dos preços externos, em consequência das quebras de produção na Austrália e Nova Zelândia. Houve ainda a impulsão dos preços das lavouras de ciclo curto (hortaliças e verduras) e a influência do surgimento da onda etanol.

Esse conjunto de constrangimentos explica a ocorrência de uma espécie de rebatimento da globalização da inflação no varejo. Em compensação, os preços dos combustíveis recuaram, em razão da queda dos valores de comercialização do álcool com a entrada da safra de cana-de-açúcar.

*Não fosse a sobrevalorização do real,
a ascensão inflacionária acoplada aos
alimentos seria ainda maior*

Não fosse a sobrevalorização do real, ladeando a depreciação global do dólar, a ascensão inflacionária acoplada aos alimentos seria ainda maior. Aliás, o câmbio

apreciado permanece representando o principal fator explicativo da convergência entre o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice de Preços no Atacado (IPA), apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que experimentaram incrementos de 1,75% e 1,00%, respectivamente, nos primeiros sete meses de 2007, e de 4,00% e 3,80%, respectivamente, em um ano encerrado em julho de 2007.

Em marcha semelhante, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), mensurado pela FGV, situou-se em 1,82% entre janeiro e julho de 2007 e em 4,12% em doze meses. Destaque-se que a diferença fundamental entre o IGP-M e o IGP-DI repousa na periodicidade de coleta dos preços: dos dias 21 a 20 para o primeiro, e de 01 a 30 (31) para o segundo.

A intensificação da concorrência e dos desdobramentos deflacionários exercidos pelos bens importados pode ser comprovada pela abertura de flancos para a realização de compras externas tanto de bens de investimento quanto de consumo, particularmente aqueles *made in China*.

No entanto, a influência do atraso cambial sobre os preços internos poderá perder fôlego, a partir da internalização da trajetória ascendente das cotações das *commodities*, em paralelo à adoção de posturas de recomposição de margens, principalmente por parte das empresas do segmento de serviços, em ambiente de expansão da demanda doméstica e dos salários reais.

Especificamente da área energética, devem emergir pressões exógenas nada desprezíveis, vindas do equilíbrio na equação entre oferta e demanda de petróleo, em face da ampliação do consumo, da diminuição da produção no Mar do Norte e do atraso na execução de grandes empreendimentos de exploração. Não por acaso, os preços do barril do óleo encontram-se acima de US\$ 70,0, pouco inferiores aos recordes atingidos em 2006.

Em sentido análogo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), levantado para aferir a variação do custo de vida da população com rendimento entre 1 e 8 SM, aumentou 2,53% nos primeiros sete meses de 2007, e 4,19% nos últimos doze meses.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School.